Dia 09/10 - 8h30 às 12h00

Monitores: João Miguel Corcovado e Nicholas Watzko

> GT 1 - SALA SEBASTIÃO SALGADO 8H3O ÀS 12H0O

> > Avaliadores:

Acácia Regina Soares Sá (DF), Diego Nogueira (PR), Maurício Jorge Pereira da Mota (RJ)

1. REGULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NAS CONCESSÕES DE TRANSPORTE TERRESTRE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Autora: Érika Felicíssimo Egg Souza Jones

2. A ATUAÇÃO DO ESTADO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO: ANÁLISE DA LEI FRANCESA DO DEVER DE VÍGILÂNCIA

Autor: Lucas Reis da Silva

3. O PAPEL DO CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM ACORDO DE ACIONISTAS DE EMPRESAS PARTICIPADAS

Autor: Matheus Palhares Vieira

4. DO MENSALÃO À LEI N.º 12.232/2010: A MORALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

Autor: Vinicius Dias Alves

5. A NECESSIDADE DE REPOSICIONAR O DEBATE SOBRE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA AMBIENTAL FRENTE AO NOVO MARCO LEGAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Autora: Illeanna Clara de Medeiros Lacerda

6. MUDANÇAS NO SEGURO-GARANTIA À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Autora: Luriann Kathleen Campos Vasconcelos

7. REALIZAÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA LEI Nº 14.133/2021: MECANISMOS DE CONTROLE À LUZ DA DIMENSÃO ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE

Autora: Ester Emanuele Lima

8. DA DISCRICIONARIEDADE À VINCULAÇÃO: A EVOLUÇÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO NAS LICITAÇÕES BRASILEIRAS

Autor: Adiel Ferreira da Silva Junior



39° CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO









GT 2 - SALA CARLA MADEIRA 8H30 ÀS 12H00

Avaliadores:

Ana Margarete M. Cosenza (RJ), Felipe Gussoli (PR), Renata Rainho (MG)

1. A FUNÇÃO INDUTORA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO APRIMORAMENTO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E AS PECAS ORCAMENTÁRIAS

Autor: Marcos Thadeu Fonseca Ferreira Azevedo

2. OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PARÂMETRO EFICIENTE NA ESCOLHA DE EMPRESAS SUSTENTÁVEIS EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Autora: Luísa Bastos Carvalhaes

3. O TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO COMO INSTRUMENTO DA ADMINISTRAÇÃO CONSENSUAL NA PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA PÚBLICA

Autora: Marilia Mendonça

4. SILÊNCIO ADMINISTRATIVO NORMATIVO NO PL Nº 2.481/2022

Autora: Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros

5. O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NO CONTROLE EXTERNO EXERCIDO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES FEDERAIS APÓS AS ADIS 7688/DF E 7697/DF

Autor: Leonardo Mateus Negreiros Barbosa

6. CONSEQUÊNCIAS NORMATIVAS DA DECISÃO DO STF NA ADI 6.019

Autor: Andre Fabiano Guimaraes De Araujo

7. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE PARA EQUILIBRAR TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Autora: Jeanne Cristina Costa

8. A (RE)CONFIGURAÇÃO DO REGIME JURÍDICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL: IMPLICAÇÕES DA ADI 2.135/DF E A EMERGÊNCIA DE UM DIREITO ADMINISTRATIVO PLÚRIMO

Autor: Alex Saito Ramalho













GT 3 - SALA FERNANDO SABINO 8H30 ÀS 12H00

Avaliadores:

Arícia Fernandez Correia (RJ), Julieta Lopes (PR) e Sara Fernanda Gama (MA)

1. ENTRE A DECISÃO E A REFORMA: O FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO **NO JULGAMENTO DA ADI 2135 E SEUS REFLEXOS NA PEC 32/2020**

Autora: Ana Manuela Santos Borges Silva

2. CAPITAL SOCIAL E GOVERNANCA NO EXTREMO OESTE CATARINENSE Autora: Alvne Sehnem

3. JUDICIALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS E IMPACTOS DA INTERVENÇÃO JUDICIAL SOBRE ATOS ADMINISTRATIVOS

Autora: Gabriela Machado Monteiro

4. AS SUBJETIVIDADES ADMINISTRATIVAS NA DEFINIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO **Autor: Umberto Abreu Noce**

5. GOVERNANÇA PÚBLICA: EFICIÊNCIA E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FINANCEIRA MUNICIPAL Autor: Adriano Vilela Alves

> 6. ANÁLISE DA RETROATIVIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DA (IN)SEGURANCA JURÍDICA.

> > Autor: Luiz Carlos Menezes Araujo

7. A MATRIZ DE RISCOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: O NOVO PARADIGMA DO PLANEJAMENTO DAS OBRAS E CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA

Autora: Carla Thamilis Fonseca Chaves

8. O ESCRAVISMO COMO PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Autor: Luasses Gonçalves dos Santos











GT 4 - SALA CONCEIÇÃO EVARISTO 8H30 ÀS 12H00

Avaliadores:

Gustavo Martinelli T. Gazotto (PR), Janriê Rodrigues Reck (RS) e Livia Dal Piaz (ES)

1. AS LIMITAÇÕES À ATUAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À LUZ DAS FUNÇÕES TÍPICAS EXERCIDAS PELA ADVOCACIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autora: Renata Hellwig Ferreira

2. OS DEZ MANDAMENTOS DO GOVERNO DIGITAL DE EXCELÊNCIA

Autor: Clovis Mendes Leite Reimão Dos Reis

3. LÁ VEM ELA! A CARRETA ITINERANTE DE ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ COMO MARCO DE ACESSO À JUSTICA NO ESTADO

Autora: Julyanne Cristine Barbosa de Macedo dos Santos

4. CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA (1998-2024)

Autor: Marina de Castro Firmo

5. A AROUITETURA DO ESTADO SOCIAL DIGITAL E OS PARÂMETROS PARA A CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Autor: Guilherme Luizão Marques

6. PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO: UM ESTUDO SOBRE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

Autor: Ramon Araujo Lojudice

7. A PLATAFORMA CONTRATA MAIS BRASIL SOB A ÓTICA DA NOVA LEI DE LICITACÕES: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA AOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

Autora: Tereza Cristina Felix Dos Santos

8. GOVERNANCA E GESTÃO DO TERRITÓRIO: ARQUITETOS E ENGENHEIROS NO CUMPRIMENTO DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS MUNICIPAIS

Autora: Andrea Oliveira da Silva

9. A DISFUNCIONALIDADE DO COFINANCIAMENTO DA SAÚDE: MAPEAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL E A URGÊNCIA DE REFORMAS

Autora: Karine Tomaz Veiga

10. CLIMATE WHIPLASH: SUSTENTABILIDADE, GOVERNANÇA E RESPECTIVO CONTROLE EXTERNO

Autora: Daniela Zago Goncalves Da Cunda



39° CONGRESSO









GT 5 - SALA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 8H30 ÀS 12H00

Avaliadores:

Clarissa Sampaio (CE), Luzardo Faria (PR) e Thanderson Pereira de Sousa (SC)

1. INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VALORIZAÇÃO FUNCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE EFICIÊNCIA INSTITUCIONAL

Autora: Cinara Vila

2. ACRÉSCIMOS EM CONTRATOS CONTÍNUOS NO SESC: LIMITES REGULATÓRIOS E APROXIMAÇÕES COM O ENTENDIMENTO DO TCEMG

Autora: Janaína Gomes da Silva

3. CONTROLE SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA DIGITAL À LUZ DA LEI Nº 14.129/2021

Autora: Amanda Figueiredo de Andrade

4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
LIMITES JURÍDICOS E POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO

Autor: Daniel Oliveira dos Santos

5. O SANDBOX REGULATÓRIO COMO INSTRUMENTO EFICAZ DE REGULAÇÃO RESPONSIVA NA PERSPECTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Autor: Gabriel Santana Spillari

6. EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL DOS MECANISMOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO ACERVO JUDICIAL DA ADVOCACIA DE ESTADO

Autor: Vinícius Silva Barbosa

7. O STF, AS RESTRUTURAÇÕES DE CARGOS E O SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO

Autora: Carla Ferreira Lopes Da Silva Queiroz

8. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO, DESAPARECIMENTO DA EMPRESA CONTRATADA E UM DESAFIO PARA A ADMINISTRAÇÃO

Autora: Elke Mendes Cunha

9. O MODELO DE REGULAÇÃO ASSIMÉTRICA NA EXPLORAÇÃO DAS APOSTAS DE QUOTA FIXA

Autor: Gabriel Leite de Paula Eufrásio



39° CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO









Dia 09/10 - 14h00 às 17h30

Monitores: João Miguel Corcovado e Nicholas Watzko

> GT 6 - SALA SEBASTIÃO SALGADO 14H00 ÀS 17H30

> > Avaliadores:

Phillipe Magalhães (CE), José Guilherme Berman (RJ) e Juliana Horn Machado (PR)

1. CUMULATIVIDADE OU ALTERNATIVIDADE: OS REQUISITOS DO OBJETO DO DIÁLOGO COMPETITIVO À LUZ DA LEI 14.133/2021

Autora: Sarah Cordeiro Gonçalves

2. JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: TENSÕES RELACIONADAS AO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

Autor: Edson Quirino dos Santos

3. O PAPEL DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS NA DECISÃO ACERCA DAS PRIORIDADES ALOCATIVAS NOS ORÇAMENTOS ANUAIS DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA ENTRE 2018 E 2024

Autora: Thais Silveira Garcia Mendes

4. PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO INICIAL: EFICIÊNCIA E ECONOMICIDADE COMO FUNDAMENTOS DE VALIDADE

Autor: Diego Fonseca Silva

5. A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA NOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO: O PAPEL DO TCU E OS LIMITES DO USO DE PROVAS CONTRA O COLABORADOR

Autora: Carolina Goncalves de Abreu

6. OS REQUISITOS ESTABELECIDOS PELAS ADI 6.649 E ADPF 695 PARA O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS ENTRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Autora: Rayana Lins Alves

7. POLÍTICAS PÚBLICAS E DENSIDADE NORMATIVA: O CONTROLE JUDICIAL DE DIREITOS SOCIAIS PELO STF

Autor: Eduardo Titão Motta

8. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM CONTRATOS DO SISTEMA S:
UMA ANÁLISE SOBRE AS LACUNAS DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SESI/PR

Autora: lara Schuinka Bazilio









GT 7 - SALA CARLA MADEIRA 14H00 ÀS 17H30

Avaliadores:

Marcus Bechara Sánchez (PR), Maisa de Castro Sousa (GO) e Pedro Luiz Ferreira de Almeida (SP)

1. AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE TÉCNICA DAS PROPOSTAS EM PREGÃO ELETRÔNICO: UMA LACUNA A SER PREENCHIDA?

Autora: Sâmia Souza Carvalho

2. AUTOVINCULAÇÃO CONTRATUALIZADA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA:
UMA ANÁLISE SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DOS ACORDOS ENDOPROCEDIMENTAIS
EM PORTUGAL E OS ACORDOS INTEGRATIVOS NO BRASIL

Autora: Vitória Luiza Das Mercês Anastácio

3. A FUNÇÃO REGULATÓRIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE RECICLAGEM: TENSÕES ENTRE A LEI Nº 14.026/2020 E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Autor: Pedro Henrique Barbosa Rocha

4. INTERESSE PÚBLICO, SUPREMACIA ESTATAL E CIDADANIA: PARA ONDE CAMINHA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

Autora: Lunara Farias Lima

5. TRANSPARÊNCIA E EXPLICABILIDADE COMO PILARES DA LEGALIDADE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LICÕES E CAUTELAS INTERNACIONAIS.

Autor: Joneval Junio Chaveiro

6. CONCURSOS PÚBLICOS NO BRASIL: AS PRINCIPAIS CAUSAS QUE GERAM A EXCESSIVA LITIGÂNCIA PERANTE O PODER JUDICIÁRIO

Autora: Nayanne Lays De Oliveira Lima

7. CIDADES INTELIGENTES E AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA EM SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS

Autora: Cecília Correa Arantes França

8. APLICABILIDADE DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 7º DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES:
REGULAMENTOS INCONSTITUCIONAIS?

Autor: Erica Da Silva Lima











GT 8 - SALA FERNANDO SABINO 14H00 ÀS 17H30

Avaliadores:

Isabella Macedo Torres (RJ), Odilson dos Santos Silva (BA), Rafael de Matos Cardoso (SP)

1. PRAZO PRECLUSIVO PARA PEDIDO DE REEQUILÍBRIO EM CONCESSÕES: INTRUMENTO PARA SEGURANCA JURÍDICA. DINAMICIDADE. AGILIDADE E APRENDIZADO CONTRATUAL

Autora: Ana Paula Prado Garcia

2. TRABALHO DECENTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS (ODS 8 AGENDA 2030) ATRAVÉS DA APLICAÇÃO AMPLA DAS NORMAS OIT RATIFICADAS PELO BRASIL

Autora: Alessandra Wegermann

3. LITÍGIOS ESTRUTURAIS E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS – UMA ANÁLISE **JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO STF**

Autor: Gustavo Giudicelli

4. O PAPEL DOS DISPUTE BOARDS NA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS EM PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E INFRAESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autor: Felipe Antonio Nunes Valloto

5. EFICIÊNCIA. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE: PRÁTICAS DE GOVERNANCA NAS CONTRATAÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Autora: Priscila Barbosa Agata

6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ENTRE A EFICIÊNCIA E OS RISCOS DE LEGALIDADE E CAPTURA ALGORÍTMICA

Autor: Luiz Fernando Alves Botelho

7. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PROTECÃO DO INTERESSE PÚBLICO **NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Autora: Marcela Campos Jabor

8. INÍCIO DA EFICÁCIA DE CONTRATAÇÕES CELEBRADAS COM FUNDAMENTO EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS OU DE CALAMIDADE PÚBLICA PREVISTAS NO INCISO VIII. DO ART. 75. DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Autor: Fernanda Grolli



39° CONGRESSO











GT 9 - SALA CONCEIÇÃO EVARISTO 14H00 ÀS 17H30

Avaliadores:

Cynthia Juruena (PR), Harley Carvalho (CE) e Paola Andrade Porto (RJ)

1.DECLARAÇÕES DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: UM ESTADO DE EMERGÊNCIA DO CLIMA?

Autora: Lorena Mello e Figueiredo

2. DA RESPONSABILIDADE MUNICIPAL PELO DESENVOLVIMENTO E CONDUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO DE RISCOS E RECUPERAÇÃO DOS DANOS SOCIOAMBIENTAIS EM DESASTRES MINERÁRIOS

Autora: Nathalia Suzana Costa Silva Tozetto

3. INDICADORES EM MOVIMENTO: PANORAMA SOCIOECONOMICO DE DUAS DÉCADAS (2000-2021).

Autor: Édina Lickfett

4. ALÍNEA H: ASSÉDIO INSTITUCIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO VERSUS A GARANTIA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NA LEI 8.112/90

Autora: Laúane Cardeal Silva

5. TENSÕES ENTRE A LEGALIDADE FORMAL E A JUSTIÇA SUBSTANCIAL: A (DES)NECESSIDADE DE DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Autora: Ana Beatriz Gonçalves Rosa Silva Paz

6. A LEI 14.230/21 E A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO PARA PREVENÇÃO, COMBATE E APURAÇÃO DE CASOS DE ASSÉDIO SEXUAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COMO RESPONSABILIZAR OS GESTORES PÚBLICOS?

Autor: Brunna de Oliveira Barreto

7. CONTROLE SOCIAL NO COMBATE À CORRUPÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE DA OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – OGE/MG

Autora: Danuza Aparecida de Paiva

8. A IMPORTÂNCIA DAS CONTAS VINCULADAS PARA A GARANTIA DA INTEGRIDADE E DA VIABILIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Autora: Milena Coelho Ângulo











GT 10 - SALA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 14H00 ÀS 17H30

Avaliadores:

Dione J. Wasilewski (PR), Mariana Bueno (MG) e Thomas Bellini de Freitas (RS)

1.AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA RELICITAÇÃO NO CONTEXTO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS BRASILEIROS: UMA BUSCA PELA EFICIENTIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Autora: Carolainy Aparecida Souza Castro

2. O ALTO ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS E O ENFRENTAMENTO DA CRISE: COMO AUMENTAR RECEITAS EM TEMPOS DE REFORMA TRIBUTÁRIA DE CONTROLE INTERNO DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS

Autora: Eugenio Carlos Adami Monteiro

3. ACCOUNTABILITY PARLAMENTAR: O DESAFIO DA EFETIVIDADE NAS RESPOSTASÀS INDICAÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO QUANDO FORMULADOS PELO PARLAMENTO

Autor: Douglas Stravos Diniz Moreno

4. LICITAÇÕES PÚBLICAS COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O PROTAGONISMO DAS ME/EPP NA LEI Nº 14.133/2021

Autor: Carlos Roberto Lima Marques Da Silva

5. ECONOMIA COMPORTAMENTAL APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS COMPORTAMENTAIS NO PROGRAMA NOTA LEGAL DO DISTRITO FEDERAL

Autora: Dandara dos Santos Barros Passos

6. OS LIMITES DO EXAME DE CONSTITUCIONALIDADE EXERCIDO PELO CNJ À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – MS 36.133/BA

Autora: Aline Azevedo Nunes

7. ASSÉDIO INSTITUCIONAL E LAWFARE EM PAD: MECANISMOS PARA IDENTIFICAR O USO POLÍTICO E ESTRATÉGICO DO DIREITO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Autor: Rafael Bomfim Souza

8. A LEI Nº 14.133/2021 E O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO: UMA BREVE ANÁLISE DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO NOS GOVERNOS MUNICIPAIS BAIANOS EGRIDADE E DA VIABILIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Autora: Paula Maria da Cunha Lyrio



39° CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO





